

BOLETIM 516

Brasília, 20 de fevereiro de 2018

Vitória dos Trabalhadores e do Brasil!!!

SUSPENSA A VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Depois de sustentar o discurso de que continuaria trabalhando pela aprovação da reforma da Previdência mesmo com a intervenção no Estado do Rio de Janeiro, o governo federal anunciou oficialmente a suspensão da tramitação da proposta que muda as regras de aposentadoria e pensão no País.

O porta-voz da decisão foi o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, que admitiu haver "insegurança jurídica" sobre a possibilidade de continuar discutindo a reforma durante o período da intervenção e suspender o decreto para promulgar as alterações, como era o plano do presidente Michel Temer.

Mais tarde, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou uma agenda com até 15 projetos na área econômica que serão votados no Legislativo ainda este ano para compensar a não votação da reforma da Previdência.

"Hoje, tramitação da reforma da Previdência está suspensa", disse Marun. Ele evitou cravar uma nova data, mas assegurou que a votação da reforma em fevereiro está "fora de cogitação". O ministro acenou com uma



possibilidade de apreciação da proposta pelo Congresso em novembro, desde que o governo entenda que as razões que motivaram o decreto de intervenção (que vale até dezembro de 2018) cessarem antes do período estipulado.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Trabalhadores comemoram suspensão de reforma, mas vão continuar mobilizados

Finalizando o dia nacional de mobilização contra a "reforma" da Previdência, cerca de 20 mil pessoas protestaram na Avenida Paulista, em São Paulo, no fim da tarde desta segunda-feira (19). Se por um lado os trabalhadores comemoraram a retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, por outro garantiram que não vão vacilar e seguirão mobilizados.

Hoje, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), declarou que não vai haver votação de qualquer PEC durante a vigência do decreto de intervenção federal. E garantiu que não vai haver suspensão temporária. Com a

decisão de Oliveira, 190 PECs deixam de tramitar, entre as quais a do fim do foro privilegiado.

A decisão vale até 31 de dezembro, mesma data do decreto de intervenção. Se o decreto for revogado, as PECs podem voltar a tramitar.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Eunício: Nenhuma PEC será discutida ou votada durante intervenção

Logo após retornar das reuniões dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou à imprensa que a discussão e a votação de todas as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) estão paralisadas enquanto durar a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.

— Acabei de determinar à Mesa do Senado Federal que nenhuma PEC vai tramitar. Porque o mandamento constitucional determina que em intervenção federal nenhuma PEC poderá tramitar, ou seja, não pode haver mudança na Constituição — disse.

De acordo com Eunício, que também preside os trabalhos do Congresso Nacional, são cerca de 190 as PECs que tramitam atualmente no Senado ou na Câmara. Enquanto durar a intervenção, disse o presidente da Casa, poderão ser votados projetos de lei ordinária ou complementar e outras matérias.

— A posição da Mesa do Senado é que, a partir do dia de publicação do decreto, nenhuma matéria em relação a mudança na Constituição terá qualquer trâmite. Não é só a PEC da



Previdência, são todas as PECs — respondeu à imprensa.

Diante da insistência dos jornalistas, Eunício foi ainda mais taxativo.

— Enquanto perdurar a intervenção no estado do Rio de Janeiro, eu, Eunício Oliveira, presidente do Senado e do Congresso Nacional, não darei tramitação a nenhuma medida de mudança na Constituição, caso contrário eu estaria descumprindo a Constituição brasileira, que eu jurei cumprir. Não tramitará nenhuma mudança à Constituição do país — afirmou.

Alguns minutos depois, o senador Sérgio de Castro (PDT-ES), que presidia os trabalhos da sessão em Plenário, leu comunicado da Presidência do Senado que determina a suspensão das PECs, “enquanto durar a intervenção federal no Rio de Janeiro”, estabelecida pelo Decreto 9.288/2018. Assim, estão paralisadas discussões ou votação de qualquer proposta de emenda à Constituição na Casa. Inclusive, conforme Sérgio de Castro, a chamada reforma da Previdência, que tramita na Câmara e tem sido uma das prioridades do governo Temer.

Fonte: Agência SENADO



Entidades denunciam que intenção da reforma é privatizar a Previdência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou, nesta segunda-feira (19), no auditório Petrônio Portela do Senado Federal, a primeira audiência pública do ciclo de debates que tem como objetivo discutir “A Previdência que Queremos”. Participaram do encontro, no Auditório Petrônio Portela do Senado, representantes de centrais sindicais, de movimentos sociais e de entidades que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

O encontro foi marcado por fortes críticas à reforma previdenciária e pedidos de resistência e luta por parte da população brasileira. O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para a realização das audiências públicas, criticou duramente a tentativa de reformar a Previdência Social. “É um desrespeito ao povo brasileiro. E eu espero que essa

molecagem e a própria reforma da Previdência vá mesmo é para a lata do lixo, que é isso que ela merece”, disse.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Floriano Martins, afirmou que a intenção da reforma é privatizar a Previdência Social. “Não precisa de nenhuma reforma, quanto mais essas que vem unicamente para introduzir essa dimensão dos bancos gerindo nossa Previdência, nosso futuro”, denunciou.

CLATE - O representante argentino no evento, presidente da Confederação Latino-Americana dos Trabalhadores Estatais - **CLATE**, Julio Durval Fuentes, apresentou as estratégias de resistência da nação vizinha contra as tentativas de modificação da legislação previdenciária argentina. Na oportunidade, um documentário (assista abaixo) foi exibido aos participantes apresentando a forte resistência sindical e popular, bem como o uso truculento das forças de segurança contra manifestantes contrários à reforma conduzida pelo governo de Mauricio Macri.

FST – O coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), presente ao encontro, falou em nome das confederações nacionais de trabalhadores que integram o órgão e também denunciou a tentativa do governo aprovar a reforma mesmo com a intervenção no Rio: “Vejam em que ponto chegamos. O presidente da Câmara dos Deputados quando fala parece que está falando em nome do Executivo. Onde está a independência dos poderes da República?”, questionou.

Fonte: Comunicação FST



Deputados aprovam intervenção militar no Rio

A Câmara dos Deputados aprovou, por 340 votos a 72, o decreto legislativo que autoriza a intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Após mais de seis horas de discussões e táticas de obstrução pelos contrários à medida, os deputados acataram o parecer da deputada Laura Carneiro (MDB-RJ) favorável à medida, anunciada por Michel Temer na última sexta-feira (16).

Nesta terça-feira (20), o Senado deve realizar, às 18h, uma sessão extraordinária destinada a votar o decreto. Caso o texto que estipula a intervenção seja aprovado pela maioria simples dos senadores presentes, o Congresso Nacional poderá publicar o decreto legislativo referendando a decisão de Temer de intervir no Rio de Janeiro.

A sessão durou mais do que o comum para uma segunda-feira e adentrou a madrugada desta terça-feira, em um dia em que os parlamentares ainda estão, normalmente, retornando de seus estados. Ao longo das discussões, quatro requerimentos foram apreciados pelos deputados por meio de votação nominal, o que significa que eles tiveram que votar no painel eletrônico, e não de modo simbólico. Após orientações dos líderes, os três pedidos de adiamento da votação foram rejeitados pela maioria dos parlamentares. Já o

requerimento para encerramento das discussões foi aprovado por 328 votos a 7, mesmo com a obstrução dos opositoristas, que não deram quórum neste momento.

Fonte: Agência CÂMARA

Situação dos aposentados e pensionistas é tema de audiência no Senado hoje

A situação dos aposentados e pensionistas, o prejuízo dos devedores da Previdência Social e a reforma da Previdência são temas de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta terça-feira (20), a partir das 10h.

O debate atende a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS). Foram convidados o senador José Pimentel (PT-CE), o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves; o presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Roberto Kupski; e representantes de sindicatos e entidades afiliadas à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

A audiência pública terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Quem tiver interesse em participar com comentários ou perguntas poderá enviá-los por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado (0800 612211).

Fonte: Agência Senado



Aposentados e pensionistas do INSS têm até fevereiro para comprovar vida

Aposentados e pensionistas que ainda não comprovaram ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que estão vivos têm até o próximo dia 28 para fazer o procedimento no banco em que recebem seus benefícios. Quem não fizer a comprovação de vida no tempo previsto poderá ter seu pagamento bloqueado.

Até o último dia 8, mais de 3 milhões de beneficiários ainda não comprovaram o procedimento obrigatório. Segundo o INSS, mais de 34 milhões de beneficiários têm que procurar o banco em que recebem o benefício e apresentar um documento de identidade com foto (RG, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação etc). Algumas instituições financeiras estão utilizando a tecnologia de biometria para realizar o procedimento nos terminais de autoatendimento.

Quem não puder comparecer à agência bancária por motivo de doença ou dificuldade de locomoção pode eleger um procurador que deverá ser cadastrado junto ao INSS. O procurador deverá ir a uma agência da Previdência Social munido do documento assinado pelo beneficiário e de um atestado médico, emitido nos últimos 30 dias, que comprove a impossibilidade de locomoção do beneficiário ou doença contagiosa, além dos documentos de identificação do procurador e do beneficiário. Um modelo da procuração está disponível na página do INSS.

Os beneficiários que vivem no exterior também podem realizar a comprovação de vida

por meio de um procurador cadastrado no INSS ou por meio de documento de prova de vida emitido por consulado, bem como pelo Formulário Específico de Atestado de Vida para o INSS, que está disponível nos sites da Repartição Consular Brasileira ou do instituto.

Inicialmente, o prazo para que aposentados e pensionistas fizessem a prova de vida terminaria em 31 de dezembro de 2017, mas devido ao grande número de beneficiários que perderia o prazo, o período foi estendido até 28 de fevereiro de 2018.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS